



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
JUIZ SUSBTITUTO DE CARREIRA
CONCURSO PÚBLICO – TJ-AM

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA (P2)
Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

ENUNCIADO DA QUESTÃO 24

O Código de Ética da Magistratura Nacional (2008) recebeu grande influência do Código Modelo Ibero-Americano de Ética Judicial (2006), trazendo vários princípios de conduta ética.

Cite e explique quatro princípios de conduta ética que estão presentes no Código de Ética da Magistratura Nacional.

GABARITO DA QUESTÃO 24

Princípios o *Código de Ética da Magistratura Nacional*:

1) Independência; 2) Imparcialidade; 3) Transparência; 4) Integridade Pessoal e Profissional; 5) Diligência e Dedicção; 6) Cortesia; 7) Prudência; 8) Sigilo Profissional; 9) Conhecimento/Capacitação; e 10) Dignidade, Honra e Decoro.

Princípios em comum e suas respectivas explicações (quatro devem aparecer na resposta):

Independência (não ser pautado por interesses externos e zelar para que o Poder Judiciário não o seja);

Imparcialidade (julgar com isenção e não ter interesse direto ou indireto no resultado da causa);

Transparência (agir de forma clara e sem ambiguidades, respeitando a publicidade dos atos da jurisdição, exceto quando em segredo de justiça, e da atuação profissional);

Integridade Pessoal e Profissional (manter atos e atitudes incorruptíveis, irrepreensíveis e retos);

Diligência e Dedicção (executar as tarefas com o empenho, presteza e devotamento devidos);

Cortesia (expressar amabilidade, polidez e educação no trato com outrem seja jurisdicionado, funcionário ou colega);

Prudência (preservar a virtude da ponderação e da sensatez de forma a decidir de forma cautelosa e justa);

Sigilo Profissional (manter e respeitar a confidencialidade nos casos pertinentes);

Conhecimento / Capacitação (buscar permanentemente o aprimoramento pessoal e profissional);

Dignidade, Honra e Decoro (manter elevada as qualidades pessoais e institucionais da judicatura, agindo de forma virtuosa, ética e proba).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
JUIZ SUBSTITUTO DE CARREIRA
CONCURSO PÚBLICO – TJ-AM

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA (P2)
Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

ENUNCIADO DA QUESTÃO 25

“...porque o equitativo, embora superior a uma espécie de justiça, é justo, e não é como coisa de classe diferente que é melhor do que o justo. A mesma coisa, pois, é justa e equitativa, e, embora ambos sejam bons, o equitativo é superior.”

(Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. 1137b 5-10. In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 336)

Explique a relação entre justiça, legalidade e equidade, segundo Aristóteles.

GABARITO DA QUESTÃO 25

Conforme exposto por Aristóteles na obra *Ética a Nicômaco*, a Justiça se realiza como uma relação de legalidade e de igualdade. Como, em certos casos, a generalidade da lei impede ou dificulta a realização da justiça, aquele que decide no caso concreto deve considerar a singularidade do caso e de seus agentes para tomar a decisão mais justa no contexto daquele caso. Para isso deve tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, visando manter a igualdade que produz a justiça.

A resposta, para ser considerada correta, deveria essencialmente apresentar que para Aristóteles, conforme exposto na obra *Ética a Nicômaco*, a Justiça se realiza como uma relação de legalidade e de igualdade. Como, em certos casos, a generalidade da lei impede ou dificulta a realização da justiça, aquele que decide no caso concreto deve considerar a singularidade do caso e de seus agentes para tomar a decisão mais justa no contexto daquele caso concreto. Para isso deve tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, visando manter a igualdade que produz a justiça.